

INTERESSADO: DEPUTADO ESTADUAL FRANCISCO JR

ASSUNTO: Dispõe sobre a alteração das terminologias "Portador de Necessidades Especiais" (PNE), "Portador de Deficiência" e outras por ventura existentes, para "Pessoa com Deficiência" no âmbito do Estado de Goiás.



RELATÓRIO

Trata-se de projeto que dispõe sobre a alteração das terminologias "Portador de Necessidades Especiais" (PNE), "Portador de Deficiência" e outras por ventura existentes, para "Pessoa com Deficiência" no âmbito do Estado de Goiás.

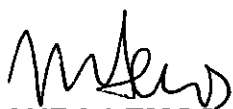
O projeto está em conformidade com a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, da Presidência da República. A proposição determina ainda a utilização da nomenclatura "Pessoas com Deficiência" para todos os órgãos e legislações vigentes no Estado de Goiás. A justificativa da proposição aponta que a alteração na nomenclatura visa promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, promovendo o respeito pela sua dignidade inerente. Argumenta-se neste aspecto, que, nos dias atuais, muitos nomes ainda são utilizados como pessoas portadoras de deficiência, pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), pessoas especiais ou portadores de direitos especiais. Contudo, essas terminologias são inadequadas, porquanto remetem a condição de que a pessoa "porta" sua deficiência e não que ter uma deficiência faz parte da pessoa. A pessoa tem uma deficiência. O verbo "portar" como o substantivo ou adjetivo "portadora" não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa, sendo assim sendo o correto a terminologia: pessoa com deficiência.

A propositura tem o louvável intuito de versar sobre matéria pertinente à proteção e integração social das pessoas com deficiência, e ao analisar os autos do referido projeto, percebe-se o objetivo claro que é, especificamente, criar uma regra para a elaboração dos atos normativos estaduais, consistente em prever a utilização, de maneira uniforme, da expressão "pessoa com deficiência", em conformidade com a nomenclatura utilizada pela Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pelo Decreto federal n. 6.949/2009 que promulgou essa convenção internacional.

Diante do exposto, **somos pela aprovação do projeto em tela.**

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 12 de novembro de 2015


ISAURA LEMOS
Deputada Estadual
Líder do PCdoB